

EDITAL nº 07.2021

A VICE-PRESIDENTE DO II PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO FORENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE PAÇO DO LUMIAR, DÉBORA ALCÂNTARA RODRIGUES, no exercício da Presidência e no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - INFORMAR que foram interpostos 02 (dois) recursos, em face da correção da prova prática aplicada em 06.06.2021.

Art. 2º - PUBLICAR as respostas aos recursos apresentados, conforme **ANEXO I**.

Art. 3º - INFORMAR que a ordem de classificação do processo seletivo está de acordo com os itens nº 4.7 e nº 6, ambos do Edital de Abertura, que tratam da nota mínima para classificação e do critério de desempate.

Art. 4º - PUBLICAR o RESULTADO FINAL do seletivo, conforme **ANEXO II**.

Art. 5º - O presente Edital será **PUBLICADO** no site da DPE/MA.

Paço do Lumiar/MA, 17 de junho de 2021.

DÉBORA ALCÂNTARA RODRIGUES
Defensora Pública do Estado do Maranhão
Presidente em exercício da Comissão

ANEXO I

1) RESPOSTA AO RECURSO DO CANDIDATO DE INSCRIÇÃO nº 074.2021.

Trata-se de recurso interposto pelo candidato de inscrição nº 074.2021, em face da correção de sua prova, em que lhe foi atribuída a nota 7,5 conforme publicado no Edital nº 04.2021.

Em sua irresignação, apresentada em 10.06.2021, o recorrente pleiteia a reapreciação da sua resposta em relação às seguintes teses:

- 1) Peça processual cabível;
- 2) Argumentação correta e uso do vernáculo;
- 4) Preliminar de mérito: prova ilícita (busca domiciliar ilegal) e absolvição ausência de prova válida;
- 5) Absolvição por ausência de prova judicializada; art. 155 do CPP; ausência de provas suficientes;
- 6) Absolvição do crime de posse ilegal de arma e munição (atipicidade da conduta pela ineficiência do mecanismo);
- 7) Desclassificação do tráfico para porte de drogas para consumo pessoal (art. 28 da Lei nº 11.343/06);
- 8) Absolvição do crime de associação para o tráfico (ausência de provas, ausência de materialidade por inexistência de estabilidade e permanência);
- 10) Circunstância atenuante da menoridade (art. 65, inciso I, do CP);

É a síntese do recurso. Passa-se à análise do mérito.

Inicialmente, em relação às impugnações dos itens nº 1, 2, 4, 6, 7 e 10, verifica-se que já foi atribuída ao recorrente a pontuação máxima de cada item, razão pela qual há interesse recursal apenas em relação aos itens nº 5 e 8.

Em relação ao pedido de reapreciação do item nº 5, verifica-se que não assiste razão ao recorrente.

Argumenta o recorrente que, nas linhas 92 a 96, *“ratificou que a acusação sequer apresentou provas suficientes que corroborassem para a condenação do réu. Confirmando ainda o atendimento ao item cobrado o examinando argumentou: “a acusação não apresentou testemunhas que confirmem ter visto o acusado vendendo drogas ou distribuindo-as a qualquer título para alguém, de modo que se pudesse concluir que seriam utilizados para comercialização.” Para além disso, ratificou “Como se vê, os elementos probatórios coligados aos autos são insuficientes para produzir a certeza moral necessária para dar respaldo ao decreto condenatório. A prova testemunhal produzida com a oitiva dos agentes de segurança que efetuaram a prisão em flagrante é fraca no sentido de demonstrar que o acusado foi preso na posse grandes quantidades da droga.”*

Não obstante, a resposta do recorrente não fez qualquer menção ao fato de que, na fase judicial, o acervo probatório constou apenas do interrogatório judicial do acusado VICTOR HUGO, não sendo então possível a condenação dele, por força do art. 155 do Código de Processo Penal, que impede o uso exclusivo de elementos informativos colhidos na investigação, no caso, o depoimento prestado pelos policiais na fase inquisitorial.

Ademais, toda argumentação exposta pelo recorrente se referiu à tese de desclassificação do crime de tráfico para o de porte de drogas para consumo pessoal, cuja pontuação máxima o recorrente já obteve, e inclusive está inserida no capítulo da referida tese, de forma que não houve qualquer referência à absolvição por insuficiência de provas judicializadas, isto é, submetidas ao crivo do contraditório e da ampla defesa.

Outrossim, em relação ao pedido de reapreciação do item nº 8, melhor sorte não assiste ao recorrente.

Em seu recurso, o recorrente argumenta que *“ratificou que não existiriam elementos suficientes para sustentar a condenação do acusado, seja pela ausência de prova contraditória ou ausência de materialidade criminosa. Para além disso, expôs o examinando: “Como se vê, os elementos probatórios coligados aos autos são insuficientes para produzir a certeza moral necessária para dar respaldo ao decreto condenatório. A prova testemunhal produzida com a oitiva dos agentes de segurança que efetuaram a prisão em flagrante é fraca no sentido de demonstrar que o acusado foi preso*

na posse grandes quantidades da droga. Assim, constatando-se que acusado cumpre objetivamente todos os requisitos de desclassificação do crime imputado para o de usuário de drogas, pugna a Defensoria Pública do Estado pela aplicação da desclassificação para o art. 28, da Lei n.º 11.343/06, posto ser o efeito que melhor teria valia ao presente caso” (linhas 103 a 111). Assim, faz jus ao 0,50 (meio) ponto correspondente.”

Ocorre que, em sua resposta, não há qualquer menção à absolvição em relação ao crime de associação para o tráfico de drogas, previsto no art. 35 da Lei nº 11.343/06. O recorrente nem sequer mencionou a referida acusação em qualquer parte de sua peça, razão pela correta a não pontuação.

Ante o exposto, indeferimos o recurso do candidato de inscrição nº 074.2021, em todos os seus termos, **mantendo-se a nota de 7,5.**

2) RESPOSTA AO RECURSO DA CANDIDATA DE INSCRIÇÃO nº 098.2021

Trata-se de recurso interposto pela candidata de inscrição nº 098.2021, em face da correção de sua prova, em que lhe foi atribuída a nota 8, conforme publicado no Edital nº 04.2021.

Em sua irresignação, apresentada em 16/06/2021, a recorrente pleiteia consideração de sua resposta sobre a tese de preliminar de nulidade por omissão de elemento essencial, em razão de o acusado VICTOR HUGO não ter apresentado defesa prévia, na forma da Lei nº 11.343/06, mas resposta a acusação, nos moldes do art. 396-A do Código de Processo Penal, circunstância esta que, a seu juízo, configuraria a nulidade do artigo 564, IV, do Código de Processo Penal e, portanto, merecedora de pontuação.

É a síntese da irresignação.

Preliminarmente, observo que o prazo para interposição do recurso pela recorrente venceu em 14.06.2021, conforme art. 3º do Edital nº 04.2021, publicado em 10.06.2021, e item 5.1 do Edital de Abertura, razão pela qual o **recurso é intempestivo.**

De qualquer forma, a argumentação da recorrente somente estaria correta se a denúncia fosse exclusivamente por prática do crime previsto na Lei de Drogas. Como o acusado VICTOR HUGO também foi denunciado por crime de posse irregular de arma de fogo, a doutrina e jurisprudência entendem pacificamente que, nesses casos em que há

crimes conexos, o procedimento a ser adotado é o comum ordinário do CPP (STF - RHC105243).

Ante o exposto, indeferimos o recurso, por ser intempestivo.



ANEXO II
RESULTADO FINAL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	DATA DE NASCIMENTO	COLOCAÇÃO
032.2021	LUCAS GONÇALVES TEIXEIRA DE ARAÚJO	9	25/11/1996	1º
027.2021	GLENDA LÍNIK FRÓES DOS SANTOS	8,5	10/10/1997	2º
103.2021	NATHANAEL CANDIDO VIEIRA BARROS	8,25	18/04/1990	3º
053.2021	BRUNA LEAL GARCIA	8,25	02/10/1995	4º
097.2021	JACIELE SANTOS DA SILVA SOUSA	8,25	04/05/1996	5º
079.2021	IGOR EMANUEL NUNES FARIAS PINHEIRO	8,25	19/07/1996	6º
098.2021	ANA CRISTINA DA SILVA PASSINHO	8,0	02/10/1988	7º
004.2021	DANIELA BARROS RODRIGUES	8,0	16/10/1992	8º
010.2021	JOÃO VITOR CALDAS KAGUEYAMA	8,0	15/04/1994	9º

087.2021	ANNA CAROLINA DE OLIVEIRA ABREU MELO	8,0	04/06/1994	10º
080.2021	ANNA RAFAELA CORREIA MINEIRO	8,0	19/07/1996	11º
064.2021	MYLLENA THERESA DE OLIVEIRA DE SOUSA	8,0	04/08/1996	12º
011.2021	RAQUEL DE JESUS ALMEIDA DOURADO	8,0	01/07/1998	13º
057.2021	JONIRA D EÇA MELO	7,75	28/06/1982	14º
005.2021	MARILIA EUGENIA FERREIRA SILVA	7,75	20/01/1995	15º
026.2021	THALYANY GONÇALVES PRAZERES	7,75	11/09/1995	16º
076.2021	CARLA BEATRIZ MARTINS DOS SANTOS	7,75	04/08/1998	17º
021.2021	SAMYA REGINA DANIELLE DE SOUSA GUIMARÃES	7,5	05/06/1986	18º
061.2021	DANIEL BARBOSA DE ASSIS	7,5	26/10/1989	19º
062.2021	MARCIONILA COUTINHO DE MATOS	7,5	29/05/1992	20º

066.2021	AMANDA MARIA CAMPOS PINTO	7,5	05/09/1994	21º
074.2021	JOÃO PEDRO LIRA DE MEIRELES	7,5	04/04/1997	22º
101.2021	CECÍLIA RODRIGUES ARRUDA VIEIRA	7,5	22/02/1998	23º
018.2021	AMANDA DOS SANTOS DA SILVA	7,5	19/07/1998	24º
058.2021	RAFAELA DE OLIVEIRA SILVA	7,25	28/02/1995	25º
072.2021	HUANNA BEATRIZ SERRA SILVA	7,25	17/11/1997	26º
078.2021	SAMANDA PEREIRA SANTOS	7,25	16/02/1998	27º
106.2021	FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA	7,15	02/06/1979	28º
016.2021	GLAYCIVANIA CASTRO CORVELO COSTA	7,0	30/05/1986	29º
022.2021	THAIS AMANDA DE SOUSA MENDES	7,0	03/07/1987	30º
065.2021	ROBERTA DA SILVA LAGES COSTA	7,0	22/10/1996	31º
031.2021	MAIRA REZENDE MARTINS	7,0	25/03/1997	32º

104.2021	LARISSA DE ARAÚJO SOUSA	7,0	08/09/1997	33°
042.2021	YANA RAFAELLE DO NASCIMENTO RÊGO	6,75	12/01/1992	34°
025.2021	RENATA CRISTINA DE LIMA ARAÚJO	6,75	30/10/1992	35°
051.2021	SANDYANNE DA SILVA FREITAS	6,75	17/10/1993	36°
094.2021	VANESSA SERRÃO VIANA	6,75	27/09/1997	37°
023.2021	DRISSANA EMÍLIA DA SILVA CUNHA MALHEIROS	6,50	21/07/1994	38°
020.2021	ROMEU DINIZ GONÇALVES	6,25	12/10/1984	39°
013.2021	JOÃO MARCOS SOUSA SANTOS	6,25	18/01/1996	40°
081.2021	KAROLINE COSTA SILVA	6,15	24/08/1999	41°
070.2021	ARETHUSA ABREU VIANNA	6,0	12/09/1984	42°
059.2021	LORENA FERNANDES ALMEIDA	6,0	03/04/1997	43°